



CAMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO N° , DE 2019

(Do Sr. LUÍS MIRANDA e outros)

Requer a realização de audiência pública, convida representantes das entidades a seguir, para debater sobre os estudos, impacto orçamentário e financeiro com relação a privatização da Telebrás.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e art. 24, III, 255 e 258 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho por meio deste requerer a realização de audiência pública, a fim de debater sobre os estudos, impacto financeiro e orçamentário com relação a privatização da Telebrás.

Como debatedores, solicito sejam convidados:

1. Presidente da Telebrás, Sr. Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior;
2. Representante do Ministério da Economia;
3. Representante da Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM) do Tribunal de Contas da União (TCU);
4. Representante da Secretaria de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC);
5. Representante da Associação Brasileira das Empresas de Telecomunicações por Satélite – ABRASAT.



JUSTIFICATIVA

A Telebras tem se tornado elemento essencial à concretização de objetivos estratégicos para o Brasil na área de comunicação. Sociedade de economia mista vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), possui atuação nacional e tem entre as suas atribuições a missão de fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação no país. Desenvolve continuamente uma gestão com foco em resultados, mediante o emprego de infraestrutura tecnológica moderna e de processos baseados nas melhores práticas existentes no mercado. Prova disso é a ampliação de sua rede de fibras ópticas, que passou de 1.100 km, em 2011, para 30.000 km, em 2018. Somou-se a essa evolução o lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), cujo papel é essencial para a universalização da banda larga no Brasil.

O SGDC foi projetado para fornecer mais segurança às comunicações estratégicas do governo e às comunicações militares, pois seu controle é realizado no Brasil em estações localizadas em áreas militares, sob a coordenação da Telebrás e do Ministério da Defesa.

Por isso, é de extrema importância que seja debatido em audiência pública o impacto financeiro da privatização da Telebrás perante a existência Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

Por isso, o convite aos representantes supra para a realização de audiência pública é medida que se pede.

Assim, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, de Outubro de 2019.

Deputado Luís Miranda

DEM / DF